

Estudos sobre juventude no Brasil dos últimos 50 anos

Dirce Djanira Pacheco e Zan¹

Introdução

A identificação, o reconhecimento e a problematização de uma idade juvenil por determinados campos do conhecimento e disciplinas científicas ocorreu, principalmente, a partir do século XVIII. Nesse período, no contexto intelectual do Iluminismo, alguns pensadores passaram a se preocupar com a infância e a juventude como etapas da formação do homem enquanto indivíduo-cidadão. J. J. Rousseau (1712-1778), na obra *Emílio*, além de realizar estudos pioneiros no campo da educação, inaugurou um programa de investigação sobre a condição infanto-juvenil. J. H. Pestalozzi (1746-1827), ao mesmo tempo em que se dedicou aos estudos sobre pedagogia, procurou compreender o comportamento problemático dos jovens como resultado do meio social. (Flitner, 1968)

O desenvolvimento do capitalismo moderno nos países europeus, que culminou na Revolução Industrial ao longo do século XIX, gerou transformações sócio-econômicas profundas como o intenso êxodo rural, crescimento urbano, expansão do trabalho fabril e o emprego de mulheres, crianças e adolescentes no trabalho industrial etc. Tais transformações colocaram na ordem do dia a questão social, e, por decorrência, o “problema juvenil”.

Karl Marx, na Resolução do Primeiro Congresso da Associação Internacional do Trabalho (AIT), de 1866, propôs a regulação do trabalho limitando-o a um período de oito horas diárias no período diurno e a normatização do trabalho de crianças e adolescentes entre os 9 e 18 anos de idade. Manifestou-se favorável à instrução das crianças em escolas elementares, antes dos nove anos de idade. Apon- tou para a necessidade de que *a parte mais esclarecida da classe operária* defendesse o direito de crianças e jovens, filhos dos trabalhadores, a uma formação adequada, preservando-os *dos efeitos destruidores do sistema capitalista*. (Marx, 1968, p. 17) Marx não negava o trabalho infantil desde que com jornadas limitadas para cada faixa etária. Isso se deve ao fato do autor reconhecer no trabalho uma potencialidade formativa que, juntamente com a “educação mental”, os exercícios físicos e a aprendizagem politécnica contribuiriam para a elevação da classe operária a um nível superior ao das classes burguesa e aristocrática. (Marx, 1968)

Em 1904, o psicólogo norte-americano Granville Stanley Hall (1844-1924) publicou a obra *Adolescence: its Psychology and its Relation to Physiology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion, and Education*, resultante de ampla e rigorosa pesquisa sobre a juventude. Esse trabalho, apesar de ligado ao campo da psicologia, contribuiu para a inserção de questões sociais nas pesquisas sobre adolescência e juventude e se tornou referência para estudos posteriores. (Flitner, 1968)

Foi a partir dos anos de 1940 que as investigações sociológicas sobre a juventude tornaram-se mais numerosas convergindo para um campo científico e acadêmico autônomo em relação à pedagogia e à

psicologia, disciplinas que até então eram preponderantes no estudo da temática. Em especial a questão da “delinquência juvenil” motivou diversas pesquisas sociológicas a partir desses anos.

Karl Manheim (1893-1947) dedicou parte de sua obra aos estudos sobre geração e juventude. No texto *O Problema da Juventude na Sociedade Moderna* (1947), enfatiza a abordagem sociológica desse tema. Para o autor *a juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade* (Manheim, 1986, p. 74) Por pertencer aos recursos latentes dos quais toda sociedade depende para sua vitalidade, o jovem pode exercer o papel de *agente revitalizante*. (p. 72) Segundo ele, esse impulso inovador da juventude reflete o espírito de aventura e resulta do fato do jovem não estar completamente enredado no *status quo*, condição que o levaria, em determinadas situações, a resistir aos valores e hábitos da vida adulta. Os jovens teriam essa capacidade revitalizadora por não estarem plenamente inseridos no sistema produtivo e nem na ordem de interesses constituída pelos adultos. A juventude não aceita como natural a ordem consagrada nem possui interesses já adquiridos de ordem econômica ou espiritual. Por isso, afirma o autor, o espírito de comunidade é mais facilmente adquirido na adolescência o que potencializaria a possibilidade de novas organizações sociais pautadas por valores outros que não os da sociedade estabelecida.

Nos anos de 1960, a emergência dos movimentos juvenis nos países europeus e nos Estados Unidos fez com que cientistas sociais e organismos internacionais voltassem suas atenções com maior vigor sobre essa questão. Uma das evidências da valorização da temática foi a realização da Primeira Conferência Mundial sobre Juventude em Genoble, na França, em 1964, sob patrocínio da UNESCO e, em 1965, em Santiago do Chile, a Conferência Latino-Americana sobre a Infância e a Juventude no Desenvolvimento Nacional. (Britto, 1968, p. 177)

Na América Latina, os processos de modernização econômica que atingiram diversos países a partir de meados do século XX também intensificaram os debates e a produção intelectual acerca do

problema juvenil. Se até aquele momento os estudos latino-americanos sobre esse tema eram pouco expressivos e, em geral, tratavam de segmentos das elites, a partir do final dos 60 nota-se um aumento significativo de pesquisas sobre o jovem buscando compreender a sua inserção nos processos de mudança social no contexto modernizador.

É nesse contexto que se inicia a produção brasileira acerca da temática da juventude.

Anos 60: juventude e modernização

Nos anos de 1950 e 1960 o país viveu um processo de intensa expansão econômica impulsionada pela política desenvolvimentista adotada pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). O ambicioso Programa de Metas, ao estimular a associação entre capitais nacionais e internacionais, levou ao incremento da produção industrial principalmente dos setores de base e de bens de consumo duráveis. Impactos desse crescimento foram sentidos em vários setores da sociedade brasileira. No mundo rural, a manutenção de uma estrutura fundiária caracterizada pela elevada concentração da propriedade da terra, ao lado do avanço da mecanização das atividades agropecuárias em algumas áreas, contribuiu para o agravamento dos problemas sociais no campo. Os movimentos de trabalhadores rurais e pequenos sítiantes se fortaleceram nesse período, culminando na organização das chamadas Ligas Camponesas, especialmente na região nordeste do país. Ao mesmo tempo, o êxodo rural se intensificou, provocando forte crescimento das cidades nas regiões mais desenvolvidas. A rápida industrialização foi acompanhada pelo crescimento da classe operária, pelo aparecimento de novas lideranças sindicais e pelo fortalecimento da classe média. A oferta de novos produtos industriais, tanto de bens não duráveis quanto de automóveis e eletrodomésticos, e a expansão dos meios de comunicação de massa, como a chegada da televisão e o incremento do setor editorial, contribuíram para o surgimento de novos padrões de consumo.

O Programa de Metas também implementou ações na área social, principalmente na educação. A modernização exigia a formação de quadros com níveis de escolarização mais elevados o que contribuiu para a expansão do sistema universitário brasileiro.

Se no governo JK o país viveu um clima de relativa estabilidade política, o mesmo não ocorreu nos primeiros anos de 1960. A crise institucional que se abriu com a renúncia do presidente Jânio Quadros no sexto mês de governo (agosto de 1961) e a aceleração do processo inflacionário resultante, dentre outras razões, do endividamento externo contraído nos anos anteriores, foram alguns dos fatores que levaram à intensificação das lutas sociais. As greves se multiplicaram nas cidades mais industrializadas, o movimento estudantil assumiu posições mais radicais e, no meio rural, as Ligas Camponesas mostraram grande capacidade de mobilização na luta pela reforma agrária.

O golpe militar de 31 de março de 1964, que contou com apoio de setores conservadores da sociedade brasileira, foi uma resposta ao ascenso desses movimentos. Imediatamente o governo ditatorial empreendeu ações repressivas sobre os sindicatos mais combativos, sobre as entidades estudantis e as Ligas Camponesas.

Ao longo do período compreendido entre 1956 e 1964, parte expressiva da produção intelectual e artística, bem como ações de lideranças políticas, resultaram de interlocuções com o ideário nacional-desenvolvimentista, gestado no interior do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e com a produção de outros órgãos de pesquisa, especialmente com a produção científica e filosófica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP)². De certo modo, intelectuais ligados a essas instituições empreenderam amplos diagnósticos sobre as condições de subdesenvolvimento do país. Parte significativa desses pesquisadores concentrou esforços na construção de um projeto nacional. Mesmo apoiados em referenciais teórico-metodológicos distintos, muitos deles buscavam reconhecer as forças sociais retrógradas que obstaculizavam o desenvolvimento, e, ao mesmo tempo, identificar

os possíveis protagonistas de mudanças ou transformações sociais, políticas e econômicas que levassem ao rompimento das relações de dependência externa, criando condições para o desenvolvimento autônomo do país. Foi nesse contexto que alguns pesquisadores voltaram sua atenção para o problema da juventude.

Dois importantes sociólogos brasileiros se debruçaram sobre a temática naquele período: Octávio Ianni (1926-2004) e Marialice Foracchi (1929-1972). Ex-estudantes e professores da FFLCH da USP, esses pesquisadores trouxeram contribuições significativas para a compreensão do perfil de determinados segmentos juvenis dos anos de 1960, que se mantêm atuais para as pesquisas sobre o tema na contemporaneidade.

Para Ianni (1968), muito do interesse presente nos anos de 1960 acerca da juventude resultou da participação efetiva dos jovens nos movimentos políticos naquele período em diversos países como Cuba, Argélia, Brasil, Egito dentre outros. Contrapondo-se àqueles que viam essas ações como resultado de um comportamento inconformista, típico dessa fase da vida, e a outros que apontavam para a rebelião dos jovens frente à ordem social vigente como uma *manifestação da revolta original, contra os pais* (p. 229), o autor procurava compreender esse fenômeno levando em conta a relação entre o comportamento juvenil e as contradições da sociedade capitalista. Sobre esse aspecto, diz Ianni (1968):

a história do regime capitalista tem sido a história do advento político da juventude Em cada país em que se desenvolve o sistema capitalista de produção, os jovens assumem importância crescente no campo da ação política. Para instaurar-se ou durante o seu desenvolvimento, o capitalismo transforma de maneira tão drástica as condições de vida dos grupos humanos que a juventude se torna rapidamente um elemento decisivo dos movimentos sociais, em especial das correntes políticas de direita e de esquerda... (p. 225)

Segundo ele, ao ingressar na sociedade mais ampla, o jovem acumula experiências que possibilitam a tomada de consciência de suas condições reais de existência. Desse modo, o sociólogo se contrapõe aos estudos de enfoque a-histórico, psicologizante e funcionalista

que se difundiam naquela época. Para Ianni, os movimentos juvenis possuem forte conteúdo político e guardam nexos, principalmente, com a estrutura de classes da sociedade e o processo de alienação na sociedade capitalista. Para o autor,

...o radicalismo político é a manifestação de um tipo peculiar de consciência social, isto é, histórica, desenvolvida pelo jovem em condições determinadas; exprime a apreensão, pela consciência, dos primeiros sintomas da própria alienação, que se manifesta já no próprio lar... (p. 230)

Sua crítica acerca da visão funcionalista de sociedade recai sobre a tese de Mannheim de que o jovem seria portador de um potencial revolucionário por se encontrar fora do sistema, isto é, fora dos conflitos da sociedade moderna. Para Ianni (1968), a relativa desvinculação do jovem em face da ordem estabelecida é um ponto de partida para a investigação do problema, mas é insuficiente para a compreensão do comportamento radical da juventude. Para o sociólogo,

...todos os homens possuem faculdades criadoras, pois que o trabalho humano é por natureza uma atividade que enriquece o próprio homem e a sociedade, modificando-os. O que torna esse trabalho mais ou menos original, revolucionário ou não, são as condições estruturais de sua realização e os significados que os próprios agentes discernem ao realizá-lo... (p. 233)

Ianni (1968) não nega a importância das abordagens que privilegiam as particularidades. Porém, enfatiza que *...essas explicações são sempre atomísticas, insuficientes para estabelecer as vinculações reais entre a biografia e a história.* (p. 241). É indispensável, para o autor, que a investigação não perca de vista a inserção dos jovens na rede de conflitos e tensões da sociedade capitalista como um todo.

Dos dois sociólogos destacados aqui, Foracchi foi quem produziu uma obra mais sistematizada acerca do tema dando a ela um tratamento pioneiro. Apesar de sua aproximação com o referencial teórico que apontava para os conflitos entre gerações³ como eixo essencial nos estudos sobre juventude, a autora avançou ao aproximar suas análises também do conceito de classe social.

Segundo Foracchi (1972), adulto e jovem são categorias socialmente distintas, mas que se vinculam por interesses comuns e por elos de continuidade. No entanto, a passagem de uma condição social a outra é assinalada por um processo tenso. Desse modo, o que está subjacente ao conflito de gerações é a rejeição da condição adulta tal como a sociedade a impõe aos grupos mais jovens. ...*O conflito de gerações nada mais seria* [afirma a socióloga] *senão a luta de uma geração com os valores básicos que não sabe ou não quer preservar.* (p. 25)

Nos trabalhos realizados nos anos de 1960, a pesquisadora se voltou para o estudo dos movimentos de juventude no Brasil e, em especial, para a ação dos estudantes no processo de transformação da sociedade. Nessa perspectiva Foracchi (1972) identifica a juventude enquanto categoria que se constitui a partir da inserção num campo de tensões inerentes à estrutura social.

Ao mesmo tempo, a autora faz uma distinção entre o movimento de juventude e o movimento estudantil. Para a autora, os movimentos de juventude caracterizam-se pela ausência de organização política. É, de certo modo, um movimento espontâneo e efêmero, ou seja,

radicaliza sua vinculação ao sistema, negando-a através de uma prática que se apóia na improvisação e na espontaneidade, pretendendo implantar um estilo de vida. Por ser um movimento de jovens, cuja ideologia é exatamente a da emulação da criação, por vaga que pareça tal formulação, insiste sobre sua condição e não consegue, não pode e não quer vínculos estáveis com quaisquer movimentos organizados (p. 14)

Contrariamente, o movimento estudantil é politicamente mais organizado e *radicaliza sua vinculação à universidade, pretendendo nela ativar a criação de uma contracultura e tentando explorar as perspectivas do jogo político institucionalizado...* (Foracchi, 1972, p. 14)

Foracchi (1972) considerava que o movimento estudantil havia se constituído no contexto da crise institucional da universidade brasileira. Havia naquele momento uma forte identificação desses

estudantes com as classes subalternas, em especial com os operários, o que refletiu na atuação de grupos organizados principalmente de esquerda, no interior do movimento⁴.

Apoiada em pesquisa empírica, Foracchi (1965) reconhece que os estudantes universitários, de um modo geral eram originários da pequena-burguesia ascendente, ou, como se denominava à época, da “nova classe média”. De certo modo, a autora explica as posturas ideológicas e políticas do movimento estudantil apoiada na identificação da posição dos estudantes na estrutura de classes. Essa nova classe média brasileira, constituída em geral por assalariados, assumia posições ambivalentes em relação às demais classes sociais. Em algumas situações, aproximava-se positivamente das classes populares, apoiando, via de regra, suas bandeiras de luta e reivindicações, mesmo que de forma moderada. Em outros momentos, em função do temor de perder certos benefícios decorrentes da posição de dependente em relação às classes dominantes, expressava seus vínculos com o ideário dessas mesmas classes. Porém, é nessa mesma ambigüidade que residem as condições para o comportamento de rebelião e para a radicalização de posições. Num contexto de polarização entre opções políticas para a sociedade brasileira, como foram os anos de 1960, essa classe mostrava-se pré-disposta a agir de forma radical (Foracchi, 1965, p. 222).

Nota-se que nesse período, a juventude que motivava os trabalhos dos sociólogos brasileiros era constituída pelos filhos da classe média, ou seja, estudantes das universidades. A ênfase das análises estava no potencial desses sujeitos de atuarem politicamente no processo de transformação da sociedade brasileira. Do ponto de vista teórico-metodológico, tais estudos apoiavam-se na dialética entre a particularidade e a totalidade social. Mesmo que orientados por referenciais distintos, como o marxismo e o funcionalismo, esses pesquisadores procuravam compreender o fenômeno juvenil sem perder de vista suas articulações com o plano global da formação social brasileira.

Consumo, cultura e novas identidades

Ao longo dos anos de 1970, o desenvolvimento industrial do Brasil, apoiado no modelo de modernização conservadora do regime ditatorial-militar, se intensificou gerando fortes impactos sociais tanto na cidade como no campo. A modernização agrícola, que por um lado implicou no emprego crescente de máquinas e insumos no processo produtivo e, de outro, na manutenção de grandes propriedades rurais nas mãos de poucos, intensificou ainda mais o êxodo rural. Nas áreas urbanas, o crescimento do contingente populacional agravou os problemas ligados ao desemprego, à moradia e às demandas crescentes por assistência à saúde e educação. Todo esse contexto se constituiu, de certo modo, na base sobre a qual começaram a se organizar, a partir de meados da década de 70, novos movimentos sociais e políticos.

No campo, contando principalmente com a atuação de determinados setores progressistas da igreja católica, surgiu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizando a luta de camponeses pobres e de assalariados rurais pela posse da terra e pela melhoria dos salários e das condições de trabalho nas empresas rurais. Nas cidades, categorias profissionais como professores, bancários, médicos, sanitaristas, dentre outros, que tradicionalmente pertenciam ao segmento dos profissionais liberais, converteram-se em assalariados, o que levou ao fortalecimento dos sindicatos dessas categorias. Por fim, o movimento operário que permaneceu latente desde 1968, em função do caráter anti-democrático do regime militar, também começou a se reorganizar. Nucleado pelo setor automobilístico do ABC⁵ paulista, os sindicatos operários abriram um vigoroso ciclo de greves a partir de 1978 que se propagou para outras regiões industrializadas do país. Além das reivindicações tradicionais, como aumento de salários, estabilidade no emprego e melhor condição de trabalho, os operários exigiam o reconhecimento da suas organizações (comissões de fábrica) e liberdades democráticas. Eram movimentos cujas reivindicações ultrapassavam os interesses imediatos das categorias profissionais e se

revestiam de um forte conteúdo político: a luta contra a ditadura e pela redemocratização do Brasil.

Porém, esses movimentos apresentavam características distintas das lutas que marcaram os anos de 1960. Os espaços das novas mobilizações operárias não eram instituições do setor público, mas indústrias privadas, principalmente multinacionais (indústrias automobilísticas do ABC paulista) e as novas lideranças sindicais emergiram em áreas onde a atuação dos tradicionais partidos de esquerda era inexpressiva ou inexistente. Os movimentos grevistas recebiam apoio de outros setores que se organizavam como associações de bairro, mulheres, negros, homossexuais, pequenos comerciantes, trabalhadores dos setores de serviço etc. Além disso, as concepções tradicionais de vanguarda e revolução eram vistas com desconfiança pelas novas direções. As mobilizações atingiam de diversas formas um amplo leque de categorias profissionais e segmentos sociais organizados. Suas bandeiras de luta não se apoiavam em estratégias delineadas a partir de construções ideológicas amplas como os ideários nacional-desenvolvimentista e o nacional-popular da década de 60. Eram bandeiras que refletiam necessidades e aspirações de sujeitos diversos. Como bem definiu Sader (1988) tratava-se de

...uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém essa ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles. E, sobretudo, a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro das várias estratégias (p. 55).

No interior desses movimentos foram se constituindo, segundo alguns autores, novos discursos, novas práticas, novas identidades e novos sentidos para a idéia de cidadania. De acordo com Sader (1988) é no interior desses movimentos que os grupos em ação construíram suas identidades e ganharam a consciência do “direito a ter direito”. Segundo Dagnino (1994), essa noção de cidadania não esta-

va limitada às conquistas legais ou ao acesso de direitos previamente constituídos, mas incluía também a invenção, a criação de novos direitos, incorporando dimensões da subjetividade, das aspirações, dos desejos e dos interesses dos próprios sujeitos. Essa noção de cidadania tornou-se tão ampla que foi capaz de abarcar até mesmo o direito à diferença enquanto aprofundamento do direito à igualdade. Através de uma visão progressista conquistada pelos movimentos sociais, a diferença passou a ser entendida como direito, podendo ser vivida sem que isso significasse desigualdade, discriminação ou preconceito.

Porém, há outros aspectos da sociedade brasileira do período posterior a 1970 que parecem relevantes tanto para o estudo dos movimentos sociais como um todo como dos segmentos juvenis. Durante esse período, a indústria cultural se desenvolveu acentuadamente, acompanhada pela expansão da sociedade de consumo e da cultura popular de massa. De acordo com Ortiz (1988) consolidava-se no país o mercado de bens simbólicos. Para alguns autores, as investigações a respeito de comportamentos, práticas e identidades de determinados segmentos ou grupos sociais já não deveriam se apoiar apenas na inserção dos sujeitos no processo produtivo, mas levar em conta o consumo simbólico.

Para Groppo (2008), por meio da ação das indústrias culturais e do marketing, ampliaram-se os mercados de consumo juvenil, abrindo um novo “ciclo de integração das juventudes”. Essa perspectiva fez com que as pesquisas se voltassem também para a condição dos jovens das classes populares. Segundo Abramo (1994),

como já ocorria entre os jovens das classes médias, o consumo e a diversão têm-se tornado [desde então] dimensões cada vez mais importantes para os jovens das camadas populares, espaços vitais para a elaboração de suas identidades e para a construção e expressão de suas referências culturais. (p. 74)

De certo modo, essas novas abordagens refletem mudanças profundas de enfoque das pesquisas em relação a períodos anteriores. Se nos anos de 1960 os estudos levavam em conta a inserção dos jovens em processos sociais globais, buscando muitas vezes recon-

hecer o potencial de determinados segmentos de atuarem enquanto sujeitos de mudanças e transformações sociais mais amplas, para os pesquisadores mais recentes a ênfase recai sobre as particularidades e a diversidade. A partir desse novo horizonte, a categoria passou a ser compreendida em sua pluralidade, ou seja,

o cenário juvenil se diversificou, inclusive com manifestações produzidas por grupos de origem sociais as mais distintas. É então que a sociologia começa a insistir na necessidade de falar em várias juventudes, a fim de contemplar as inúmeras diferenciações sociais que a condição juvenil atravessa. (Abramo, 1994, p. 55-56)

Essa nova perspectiva de análise das práticas e dos conflitos sociais no Brasil contemporâneo apóiu-se num amplo leque de referenciais teóricos que passa por autores como Foucault, Deleuze, Guattari, Michel De Certeau, Mafesoli e, em alguns casos, pelos autores ligados aos chamados Estudos Culturais ingleses. Essas abordagens orientaram inúmeros estudos sobre juventude que se voltaram para o reconhecimento da diversidade, da multiplicidade de identidades e para a compreensão dos sentidos das ações e das práticas a partir da cultura, do consumo e do lazer.

Para Brenner, Dayrell e Carrano (2005), *...é preciso considerar o lazer como tempo sociológico no qual a liberdade de escolha é elemento preponderante e que se constitui, na fase da juventude, como campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais...* (p. 176) Segundo Abramo (1994), em um dos trabalhos representativos dessa nova abordagem, através do lazer os jovens consolidam relacionamentos, consomem e (re)significam produtos culturais, geram fruição, sentidos estéticos e processos de identificação cultural. Portanto, as esferas da cultura e do lazer ganham a dimensão de espaço de sociabilidade, pois é principalmente no tempo livre que os jovens constroem suas próprias normas e expressões culturais.

Ao analisar a relação entre comportamento e sociedade de mercado, Costa (2004) problematiza a relação do imaginário consu-

mista com o ideal do prazer no mundo contemporâneo. Para o autor, os indivíduos são cada vez mais seduzidos a consumir. Porém, essa sedução não resulta apenas de estratégias adotadas por empresas e agências de publicidade, mas decorre do fato de o ato de consumir atender a determinadas necessidades psicossociais reais que derivam, por sua vez, de uma *nova moral do trabalho* e de uma *nova moral do prazer*. A nova moral do trabalho implica na passagem, no plano do imaginário, da valorização da figura do “trabalhador”, na acepção tradicional construída no âmbito do capitalismo moderno, para a valorização do indivíduo capaz de sobreviver num mundo cada vez mais competitivo, instável e inseguro. Trata-se, neste caso, da figura do “vencedor”, um sujeito mais flexível, capaz de se adaptar a situações adversas e resistente ao estabelecimento de vínculos duradouros⁶. São indivíduos desenraizados, desvinculados de laços identitários estáveis com raízes no passado, para os quais os objetos de consumo cumprem, a um só tempo, a função de oferecer estabilidade, mesmo que imaginária, e mutabilidade (Costa, 2004, p. 79). O que talvez motive o desejo de consumir é o fato das mercadorias possibilitarem ao indivíduo *...preservar a necessidade psicológica de estabilidade sem renunciar à elasticidade pessoal exigida pelo mundo dos negócios...* (p. 80). Além disso, os objetos continuam sendo marcas do sucesso profissional e social dos sujeitos, satisfazendo assim a necessidade de prestígio social.

Por outro lado, a nova moral do prazer potencializa o ideal de gozo corporal ou sensorial. O que mudou no contexto atual em relação ao passado é *...o valor que passamos a atribuir às sensações físicas prazerosas na constituição das subjetividades...* (Costa, 2004, p. 81). E o prazer sensorial depende do estímulo físico imediato e, ao mesmo tempo, da presença do objeto-mercadoria como fonte de estimulação.

Na moral do prazer sensorial, a função dos objetos é outra. O prazer das sensações se baseia fundamentalmente nas disposições físicas do corpo para ser estimulado. Diferentemente do prazer sentimental, que pode durar na ausência dos estímulos sensório-motores, o prazer sensorial depende do estímulo físico imediato e da presença do objeto fonte da estimulação. (Costa, 2004, p. 83)

Portanto, o sujeito passa a depender, cada vez mais, da diversidade e da constância dos objetos para ter prazer.

Como sem objetos não há prazer e como um mesmo objeto esgota rapidamente sua capacidade de despertar a excitação sensorial, é preciso ter sempre à mão algo com que gozar. Além disso, esse algo deve ser permanentemente substituído, para que o hábito não enfraqueça a intensidade do estímulo e elimine o gozo. Por esse motivo, o ciclo de consumo dos objetos se tornou interminável. (Costa, 2004, p. 83)

Para Costa (2004), a fantasia de um mundo regido pelo gozo é ao mesmo tempo fascinante e ameaçadora. Porém, essa rede de relações e significados que constituem o universo do consumo não elimina as contradições. O autor reconhece a possibilidade de comportamentos e práticas que, embora ambivalentes, possuem sentidos de submissão ou de resistência. No primeiro caso, aponta comportamentos como o culto obsessivo ao corpo, à boa forma, à saúde, o que pode ter desdobramentos como hipocondria, insegurança, depressão, dependência química etc. Quanto ao segundo caso, Costa (2004) indica a emergência de práticas de resistência criativa que se traduz no interesse por questões de natureza política como a ecologia e a responsabilidade social. As pessoas, dentre elas muitos jovens, que se comprometem com esse tipo de ação *...acreditam que o estilo individualista de preocupação exclusiva com o próprio corpo e o sucesso social não basta para dar sentido à vida* (p. 87).

Maria Rita Kehl, ao investigar comportamentos juvenis, faz uma análise dos novos padrões de relacionamento entre adultos e adolescentes. Considerando que em cada momento histórico elege-se uma determinada fase da vida como modelo de perfeição, a autora afirma que na contemporaneidade a juventude foi escolhida para esse papel, o que acaba por desfazer a centralidade da imagem do adulto. Segundo a autora, *...o adulto que se espelha em ideais teen sente-se desconfortável ante a responsabilidade de tirar suas conclusões sobre a vida e passá-las a seus descendentes. Isso significa que a vaga de 'adulto', na nossa cultura, está desocupada...* (2004, p. 96) e dessa for-

ma, o adolescente se pergunta: como entrar no mundo adulto em que ninguém quer estar?

De certo modo, é possível reconhecer aqui uma retomada do conflito intergeracional, porém revestido de uma maior complexidade. Se, nos anos de 1960, eram os jovens que negavam o modelo de adulto que lhes era imposto pela sociedade, hoje parece que o próprio adulto tende a negar a sua condição, o que, de certa forma, dilui o referencial de ordem e autoridade na sociedade.

Essa rejeição ao mundo adulto é constatada por trabalhos brasileiros desde os anos de 1980. Alba Zaluar, em pesquisa realizada em 1986, mostra que a visão que os jovens tinham da vida adulta, ou seja, da vida dos pais, era marcada centralmente pela idéia de sacrifício e ausência de gratificações. De certo modo, essa imagem negativa do adulto levava esses jovens a tentarem articular outro modo de vida para si, seja através da inserção profissional mais qualificada, seja pela criminalidade. (citado em Abramo, 1994, p. 64) Importante ressaltar que esse era um período de forte recessão econômica e de crescimento dos índices de desemprego no país.

No contexto atual, Kehl (2004) também reconhece que essa crise do adulto tem, de alguma maneira, vinculação com o mundo da violência e da criminalidade. Segundo a autora, o adulto que representa “proteção” para as gerações mais novas, não quer assumir esse lugar o que leva os adolescentes a se sentirem desprotegidos. Para ela, *...o adolescente ‘sem lei’, ou à margem da lei, é efeito de uma sociedade em que ninguém quer ocupar o lugar do adulto, cuja principal função é ser representante da lei diante das novas gerações* (Kehl, 2004, p. 96)

Essa ausência do adulto é, para a autora, referência importante para explicar determinados aspectos do comportamento juvenil. A rebeldia dos adolescentes hoje parece refletir o desejo de que os pais assumam de alguma forma a autoridade e imponham restrição ao gozo (Kehl, 2004, p. 99). Há, muitas vezes, uma angústia diante da demanda de gozar ilimitadamente, em nome de sonhos libertários da geração dos pais.

...Mais do que desfrutar as conquistas da geração de seus pais, porém, estes adolescentes parecem ter herdado a obrigação de realizar os sonhos deles, bem além do que a nossa geração foi capaz de realizar... Porque o gozo a que nos propúnhamos, que parecia tão real do ponto de vista de quem ainda lutava contra as barreiras da repressão social e das inibições pessoais, está muito além do gozo possível... (Kehl, 2004, p. 107)

Nesse contexto, foram ampliadas as perspectivas dos estudos sobre juventude no Brasil e os olhares se voltam principalmente para os jovens das periferias das grandes cidades, focando suas múltiplas formas de organização e resistência. Em especial, ampliam-se os estudos acerca da relação entre juventude e violência.

Juventude e violência

Durante as últimas décadas houve um aumento significativo dos índices de violência entre a população jovem do país. Segundo entrevista de Júlio Waiselfisz⁷, autor do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, em 1980 havia uma proporção de 30 homicídios a cada 100 mil jovens no país, em 1990 esse índice subiu para 38 e em 2004, houve uma explosão para 51,7 casos de homicídios na população dos 15 a 24 anos, para cada 100 mil jovens. Enquanto ocorreu um aumento na taxa de homicídios entre a população geral de 20%, na população jovem esse aumento foi de 31,3%. Como afirma Soares (2004), está em curso no Brasil um verdadeiro genocídio, cujas principais vítimas são os jovens, do sexo masculino, pobres e negros. (p. 130)

As explicações possíveis para esse fenômeno são as mais diversas: vão da delinquência à exclusão social; da cultura adolescente às gangues de rua e da presença do crime organizado à ausência do Estado. Neste texto, focarei a questão na perspectiva de três autores.

Partindo dos estudos da cultura, Kehl (2004) destaca a identificação cada vez maior que os adolescentes, principalmente os de classe média, estabelecem com o marginal. Há, segundo ela, a difusão

de uma estética da violência. ...*O ‘estilo’ da vida bandida que os adolescentes tentam imitar é a linguagem elaborada e estetizada pelo cinema, pelo rap, pela televisão* (p. 103). Ao mesmo tempo, na sociedade contemporânea há uma espetacularização do mal e do próprio crime o que acaba por fazer do criminoso um símbolo da potência. *É verdade que a violência confere poder, ainda que ilegítimo, a quem faz uso dela. Impotentes diante do caos social, adolescentes flertam com a fantasia de se tornar tão violentos (ou poderosos) quanto os bandidos que os intimidam.* (Kehl, 2004, p. 103)

Outra abordagem sobre a temática é apresentada por Spagnol (2005). Para o autor, o quadro da violência presente entre jovens de classes populares, é bastante complexo. ...*O jovem, especialmente morador da periferia, associa-se ao tráfico, assim como quando se organiza em quadrilhas, como forma de ascensão social rápida e de participação no mercado de consumo, inacessível de outra maneira...* (Spagnol, 2005, p. 283) Ao mesmo tempo, o autor mostra que muitos jovens vivem a “qualidade sedutora da ação delinqüente”, pelo prazer de correr risco, vivenciar algo que é proibido, isto é, na busca de emoção ou preenchimento de um sentimento de vazio. Além disso, ...*estar inserido numa sociedade em que a superabundância é vital e ao mesmo tempo ser excluído dela suscita sentimentos de humilhação e também de ressentimento para com o outro...* (p. 291), afirma o autor.

Porém, ele também aponta para a ação violenta como uma forma de repúdio e resistência a uma sociedade excludente. ...*Numa ação violenta, como um homicídio, esses jovens buscam a todo custo reverter os signos visíveis de desvantagens no jogo da inserção social... Na verdade, eles estão vingando os outros fracassos, para obter o respeito que lhes é devido, ou que acreditam que lhes é devido...* (Spagnol, 2005, p. 291) A partir dessas questões o autor se pergunta: como explicar os “crimes violentos”?

Durante os anos de 1999 a 2002, Spagnol (2005) entrevistou jovens internos da FEBEM⁸ (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor), na cidade de São Paulo, acusados de cometerem homicídios com “requintes de crueldade”. Através dos depoimentos coletados foi

possível constatar que esses internos buscavam, através de sua ação criminosa, se impor sobre o outro desde a fala até a destruição do corpo do inimigo. Nesse sentido, não é só destruir o outro, mas é destruir seu corpo para o social, sinalizando assim, segundo o autor, para o rompimento de algo estrutural na sociedade brasileira. Possivelmente, diz Spagnol (2005), as relações de poder e de dominação tradicionais estão se modificando. A passividade, o conformismo, a obediência e a subserviência vão sendo substituídos por outras formas de comportamento.

...O desejo de destruir o outro, de impor uma humilhação degradante, indica não apenas a vontade de destruição material do corpo da vítima, mas também de destruição de certa configuração de relações de força sociais cujo campo de gravitação é o corpo social. Eliminar o corpo do outro pode significar, entre outras coisas, o desejo de constituição de um novo corpo social, isento dos hábitos tradicionais de mando e obediência. Pode igualmente traduzir disposições sociais, que até há pouco estavam sob a epiderme do corpo social, no sentido de soterrar as formas tradicionais de poder, mando e autoridade, em favor de novas modalidades de sujeição cujos contornos não é possível, no momento, circunscrever. (p. 297)

Em outro estudo recente, a pesquisadora Marisa Feffermann ouviu os jovens da periferia de São Paulo que vivem uma realidade na qual a violência permeia quase todas as relações. Segundo Feffermann (2006), não há relação direta entre condição de pobreza e opção pela violência por parte dessas populações. Ocorre que a atuação do Estado, por um lado, oprime esses segmentos seja através de práticas repressivas e violentas ou do cerceamento da própria subsistência e, por outro, se omite em relação aos serviços e à assistência social essenciais. A autora reconhece entre essa população a presença de uma... *violência estruturada, perpetrada pelo Estado, que vem oprimindo grande parcela da população e que muitas vezes impede o próprio sustento.* (p. 14) Isso cria condições propícias para a expansão da rede de relações que compõem o tráfico de drogas.

Dotado de estrutura complexa, o tráfico de drogas se organiza atualmente como empresa altamente lucrativa, articulada ao proces-

so de acumulação de capital e, portanto, comprometida com a manutenção do poder. Com a globalização, as estruturas do tráfico se beneficiaram com as facilidades de circulação de capitais em escala mundial por meios informatizados, o que favoreceu sua rápida expansão, potencializando sua capacidade de até mesmo interferir nas relações de poder de determinados países. (p. 43) O seu funcionamento exige a arregimentação de um contingente cada vez maior de trabalhadores. Por outro lado, expostos aos efeitos da indústria da cultura, jovens das classes subalternas alimentam sonhos de consumo e almejam conquistar posições de poder e prestígio. Ao mesmo tempo, se deparam com oportunidades restritas de acesso ao mercado de trabalho. A autora ressalta que em 2003, na região metropolitana de São Paulo, estimava-se que havia 1.944.000 de desempregados, dos quais 857 mil (44,1%) tinham entre 15 e 24 anos.(p.209). Quando conseguem algum emprego, se deparam com condições de trabalho extremamente precárias em empresas que ... *não garantem condições mínimas de trabalho e sugam do funcionário qualquer benefício – direitos obtidos por meio de várias lutas sindicais* (p. 218).

Todos esses fatores compõem um quadro favorável ao ingresso dos jovens ao comércio ilícito de drogas. *Esses jovens – diz a autora - homogeneizados pela indústria cultural e inscritos nas relações do tráfico, buscam pela aquisição de bens, reconhecimento e valorização social. Respondem à promessa constante da indústria cultural, na qual o consumo materializa o poder. Estes jovens correspondem à expectativa da sociedade atual.* (Feffermann, 2006, p. 241)

Segundo Soares (2004), muitos dos jovens da periferia vivem à margem da sociedade e ignorados por ela. Essa invisibilidade se dá especialmente através do preconceito que se projetamos sobre esses indivíduos, estigmatizando-os, ou pela nossa indiferença. *Como a maioria de nós é indiferente aos miseráveis que se arrastam pelas esquinas feito morto-vivos, eles se tornam invisíveis, seres socialmente invisíveis.* (p. 133) Enquanto o preconceito leva a super visibilidade de uma imagem pré-construída do jovem marginal, obscurecendo sua individualidade, a indiferença, que é a negligência da presença de alguém,

leva à invisibilidade. E é nesse ponto que reside uma questão fundamental para a compreensão do fenômeno da violência.

Segundo o autor, a identidade se constitui no olhar do outro, na interação com o outro, se dá numa relação de reconhecimento e valorização pela mediação do outro. Quando essa relação é fundamentada num processo de invisibilidade e anulação do sujeito, a violência pode significar a alternativa para essa condição. Portanto, para muitos jovens, a *arma será o passaporte para a visibilidade* (p. 141). É a possibilidade de inversão da relação de poder, isto é, quem o ignorava, agora o obedece. Sendo assim, o jovem se afirma, [diz Soares, 2004] *pelo negativo de si mesmo, cavando o pior na alma dos outros. Este não é o diálogo dos seres humanos, não é o reconhecimento sonhado...* (p. 143)

Os desafios contemporâneos para os pesquisadores brasileiros, em especial para aqueles que se voltam para a investigação da temática da juventude na sua relação com a violência, são muitos. Num quadro de mudanças econômicas, sociais e culturais cada vez mais rápidas surge a necessidade de estudos que objetivem compreender esses sujeitos nas suas múltiplas identidades. É, portanto, imprescindível desenvolver um olhar para a juventude que se fundamente, segundo Pais (1990) em dois eixos semânticos, ou seja, olhá-la como aparente *unidade* (quando se refere à uma fase da vida) e como *diversidade* (ao se compreender que estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem com que os jovens se distingam uns dos outros). (p. 149)

No caso específico da sociedade brasileira, é importante destacar que se nos anos de 1960 as pesquisas sobre juventude referiam-se a um movimento intencional e articulado de um projeto nacional para o país, atualmente essas investigações, talvez apontem para outro momento marcado pela fratura de nossa sociedade. Sendo assim, investigações sobre juventude que trabalhem na perspectiva da ambivalência poderão contribuir para a compreensão desse contexto social brasileiro.

Bibliografia

- ABRAMO, Helena. *Cenas Juvenis*. SP: Scritta, 1994.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar*. RJ: Ed. Paz e Terra, 1994.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um Legado Intelectual: Marialice Foracchi e a Sociologia da Juventude, in *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 2, Nov/2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. RJ: Record, 1998.
- BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez e CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros, in ABRAMO, Helena e BRANCO, Pedro Paulo (orgs.) Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. SP: Ed. Perseu Abramo, 2005.
- BRITTO, Sulamita (org.) *Sociologia da Juventude I*. RJ: Zahar Editores, 1968.
- CALLIGARIS, Contardo. *A adolescência*. SP: PubliFOLHA, 2000.
- COSTA, Jurandir Freire. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado, in NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs.) *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. SP: Ed. Perseu Abramo, 2004.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania, in *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. SP: Ed. Brasiliense, 1994.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. SP: FDE/Edusp, 1999.
- FEFFERMANN, Marisa. *Vidas Arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.
- FLITNER, Andreas. Os Problemas Sociológicos nas Primeiras Pesquisas sobre a Juventude, in BRITTO, Sulaminta (org) *Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. RJ: Jorge Zahar, 1968.
- FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. SP: Companhia Editora Nacional, 1965.
- _____. *A juventude na sociedade moderna*. SP: Ed. Pioneira, 1972.
- GUIMARÃES, Áurea. Jovens, os tutores da desordem e da violência?, in CAMARGO, Ana Maria Faccioli e MARIGUELA, Márcio (orgs.) *Cotidiano Escolar: emergência e invenção*. Piracicaba/SP: Ed. Jacintho, 2007.
- GROPPO, Luís Antônio. Dialética das Juventudes e Educação, in MORAIS, Regis; NORONHA, Olinda Maria e GROPPPO, Luís Antônio (orgs.) *Sociedade e Educação: estudos sociológicos e interdisciplinares*. Campinas: Ed. Alínea, 2008.

- IANNI, Octávio. O jovem radical, in BRITTO, Sulamita (org.) *Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. RJ: Zahar Editores, 1968.
- KEHL, Maria Rita. A Juventude como Sintoma da Cultura, in NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs.) *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. SP: Ed. Perseu Abramo, 2004.
- MANHEIM, Karl. O Problema da Juventude na Sociedade Moderna, in BRITO, Sulamita (org.) *Sociologia da Juventude*. RJ: Zahar Editores, 1968.
- MARX, Karl. Trabalho, Juventude e Educação Politécnica, in BRITO, Sulamita (org.) *Sociologia da Juventude I: da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. RJ: Jorge Zahar, 1968.
- MELLO, João Manuel Cardoso de e NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In NOVAIS, F. (Coord. Coleção) e SCHWARTZ, L.M. (org. vol.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ed. Ática, 1977.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. SP: Ed. Brasiliense, 1988.
- PAIS, José Machado. A Construção Sociológica da Juventude: alguns atributos, in *Análise Social*, vol. XXV, 1990. (Disponível em www.apis.ics.ul.pt – acessado em setembro de 2009)
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. RJ: Paz e Terra, 1988
- SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter*. RJ: Record, 1999.
- SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo, in NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs.) *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. SP: Ed. Perseu Abramo, 2004.
- SPAGNOL, Antônio Sérgio. Jovens Delinquentes Paulistanos, in *Tempo Social* Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 2, nov/2005.
- TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ed. Ática, 1982.

Notas

1 Pesquisadora do Grupo Violar (Laboratório de Estudos do Imaginário, Violência e Formação de Educadores) e docente do Departamento de Ensino e Práticas Culturais (DEPRAC) da Faculdade de Educação/Unicamp.

2 Trabalhos importantes sobre esse tema são os de Arantes (1994), Mota (1977) e Toledo (1982).

3 Geração é uma categoria de análise que apresenta uma localização social comum, numa dimensão histórica do processo social (Manheim). É a concepção de haver uma unidade de geração, ou seja, a similaridade de locação, expostos a uma mesma fase do processo coletivo. Geração é, portanto, a similaridade de situação num mesmo tempo histórico, é uma categoria etária que possibilita que as pessoas partilhem experiências comuns. (FORACCHI, 1972)

4 Naquele momento a pesquisadora identificou as principais agremiações políticas que militavam na vida universitária, como a Juventude Universitária Católica (JUC), o Partido Comunista, Ação Popular (AP), Política Operária (POLOP), a Quarta Internacional e o Partido de Representação Acadêmica (PRA) (FORACCHI, 1965, p. 228).

5 A sigla ABC refere-se às letras iniciais de três municípios que originalmente formavam uma das áreas mais industrializadas do Estado de São Paulo: Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul. Alguns ainda incluem a cidade de Diadema o que ampliaria a denominação da região para a sigla ABCD. Atualmente esses municípios integram a Região Metropolitana da cidade de São Paulo e foram palco das grandes greves de metalúrgicos durante o final dos anos de 1970 e o início da década de 80.

6 De certo modo, esses conceitos apresentados pelo autor se aproximam da noção de desenraizado definida por Sennett (1999).

7 Disponível em www.comunidadessegura.org/pt-br/node/31020. (Acessado em setembro de 2009)

8 A FEBEM do estado de São Paulo foi criada em 1976, em plena ditadura no país, com o objetivo de atender crianças e adolescentes considerados “abandonados”, “infratores” e aqueles cujas famílias, temporariamente, não tinham condições de mantê-los. No entanto, o caráter dessa instituição tem sido foco de diferentes críticas por parte de pesquisadores, educadores e outros segmentos da sociedade brasileira.